

TEORIAS DE JUSTIÇA NA ALFABETIZAÇÃO POLÍTICA

Danielly da Costa Vila Real (UFES)¹

Resumo:

Este artigo faz uma revisão bibliográfica sobre conceitos de justiça distributiva e justiça cultural, situando-os como conteúdos básicos de uma alfabetização política, indispensáveis aos processos de aprendizagem de instituições que contribuem para a formação integral do indivíduo, ou seja, a escola, a família, a religião, o Estado, todos são responsáveis pela construção do indivíduo enquanto ser sócio-histórico-cultural. Neste sentido, a alfabetização política propõe que os princípios de justiça sejam ensinados em todas as esferas da vida, mas principalmente pela escola, seja por meio de aulas teóricas ou práticas participativas, o imprescindível é que se fomente a construção de uma consciência crítica nos indivíduos, tarefa que se torna cada vez mais complexa em tempos de projetos de Lei como o “Escola Sem Partido”, mas também é cada vez mais urgente.

Palavras-chave: Alfabetização Política; Justiça Distributiva e Cultural; Escola Sem Partido.

Abstract:

This article is a literature review about concepts of distributive justice and cultural justice, placing them as the basic content of political literacy, essential to learning processes of institutions that contribute to the integral formation of the individual, that is, school, family, religion, the state, all are responsible for the construction of the individual as be socio-historical-cultural. In this sense, political literacy proposes that the principles of justice are taught in all walks of life, but mostly by the school, either through theoretical classes or participative practices, the essential is that it promotes the construction of a critical awareness in individuals, a task that becomes increasingly complex in times of Law projects as the "School Without Party", but is also increasingly urgent.

Keywords: Political Literacy; Distributive and Cultural Justice; School Without Party.

Introdução

A alfabetização política se refere aos momentos teóricos e práticos nas diversas esferas da vida (família, igreja, escola, amigos e etc.) em que se constroem aprendizagens que dão subsídios às nossas ações políticas, sejam institucionalizadas ou não. Em outras palavras, alfabetizamos politicamente durante o ensino das disciplinas em sala de aula, mas também alfabetizamos politicamente quando nos reunimos numa campanha de arrecadação de agasalhos para doação aos moradores de rua no inverno, por isso a alfabetização política pode vir do ensino tradicional nas instituições escolares, como também pode vir de práticas participativas. Os conteúdos da alfabetização política não se limitam ao momento

¹ Pedagoga, especialista em Psicopedagogia e Gestão Escolar, mestranda em Ciências Sociais pela UFES - Universidade Federal do Espírito Santo.

institucionalizado do voto eleitoral, mas a alfabetização política é o preparo para o exercício da cidadania, o que inclui saber lidar com as diversidades étnicas, religiosas, sexuais, e etc.

O analfabetismo político, por sua vez, gera a apatia política, a aversão ao engajamento. Trata-se da ilusão de que seu afastamento não influenciará nas decisões políticas, a ilusão de estar isento de responsabilidade pelo que acontece no meio em que vive. É de todos a responsabilidade de conviver respeitosamente com as diversidades e buscar os conhecimentos necessários para a melhoria da qualidade de vida, e neste sentido, o momento da participação institucionalizada pelo voto é essencial. Mas qual é o conteúdo de alfabetização política indispensável para uma escolha eleitoral consciente? Não importa o cargo que está em votação, antes do candidato vem o partido, e com este último vem um conjunto de princípios que nortearão todas as decisões tomadas durante o mandato.

Portanto, além de conhecer e gostar do candidato, é necessário conhecer e gostar dos princípios de justiça distributiva e cultural embutidos na proposta do partido escolhido pelo candidato. Em resumo, todo brasileiro, antes de completar os dezoito anos e ter a obrigação de participar dos processos eleitorais, deveria conhecer as propostas de justiça existentes e se posicionar escolhendo entre elas, para somente depois escolher seu partido e seu candidato. Nos resta perguntar: qual esfera da vida fornecerá tal alfabetização política? Será que aos dezoito nós estamos munidos do conhecimento necessário para fazer uma escolha eleitoral histórico-crítica-consciente? E antes disso, sob quais princípios morais e culturais constituímos nossas relações sociais? E após isso, como alfabetizaremos politicamente preparando os indivíduos para o exercício de uma cidadania plena e ativa sob a perspectiva de uma “Escola Sem Partido”?

Alfabetização política

Paulo Freire conceitua a alfabetização política começando pela missão da escola, que se concretiza por meio de um dos dois métodos disponíveis: “o primeiro, o da educação visando a domesticação do homem; o segundo, o da educação que visa a libertação do homem” (FREIRE, 1997, p.21). Mas nos lembra que a escola não é a única responsável pela libertação do homem, porque ela não tem uma função redentora, mas a instituição educativa apenas contribui para o processo da alfabetização política fomentando aprendizagens teóricas e espaços de participação democrática sob uma perspectiva crítica.

Uma domesticação, por sua vez, pode até acontecer inconscientemente, mas corresponde a uma manipulação dos alunos pelos professores, porque consideram-nos como recipientes passivos a serem preenchidos com verdades já estabelecidas e com um conhecimento que “chega-lhes como alguma coisa totalmente ‘à parte’, como alguma coisa que pouco tem a ver com a sua vida de todos os dias” (FREIRE, 1997, p.22). Vários autores se aproximaram do conceito de alfabetização política de Paulo Freire, e faz-se enriquecedor conhecer algumas abordagens.

Bochel (2009) conceitua a alfabetização política como uma capacidade de interação com as instituições políticas e o governo, em que se pode exercer direitos e responsabilidades, em outras palavras, pensa numa alfabetização política estritamente ligada ao momento institucionalizado do voto. Resende (2010) conceitua uma educação política que se baseia na prática educativa da teoria política ou das ciências políticas, ou seja, aprendizagens políticas em espaços formais de educação. Cosson conceitua um letramento político: “como o processo de apropriação de práticas, conhecimentos e valores para a manutenção e aprimoramento da democracia” (COSSON, 2010, p.16). Para este último, o letramento político é um processo permanente, onde não há letrado ou iletrado, apenas estágios de letramento para serem alcançados. O letramento político não comporta passividade, porque exige ação do sujeito aprendiz, e seu resultado se traduz em transformação de indivíduos, saberes e comunidades.

O analfabeto político para Paulo Freire é aquele que não é munido de informações para compreender como a sua vida foi constituída, em outras palavras, ele não possui criticidade histórica porque lhe apresentam a realidade como fato dado, onde basta se adaptar a ela para nela ingressar. É neste sentido que Paulo Freire conceitua a ideologia de dominação, onde “tudo o que é verdadeiro e bom para as elites é verdadeiro e bom para o povo” (FREIRE, 1997, p.22).

Assim como Paulo Freire, Bochel (2009) concebe uma alfabetização política como a aprendizagem de conceitos e de valores que propiciam a compreensão das instituições e de seus atores, só assim teríamos a habilidade de debater e de fazer acordos. Aprender a ser cidadão, portanto, é um conteúdo básico da alfabetização política. Essa aprendizagem é de uma importância imensurável, porque muitos dos que se intitulam desinteressados pela política sequer sabem o que ela significa. Reforça-se a necessidade de tal alfabetização, seja por conteúdos ou desenvolvimento de habilidades, por ensinamentos teóricos ou práticas participativas, mas que haja uma formação cidadã de fato.

Segundo Resende (2010, p.26), para conhecermos a democracia é preciso aprender de que maneira se obtém, se desenvolve, se influencia e se resiste ao poder político, além disso, aprender sobre os papéis sociais, como o de eleitor, o de cidadão, o representante, o militante, o burocrata, entre outros. Algumas habilidades devem ser desenvolvidas, como dominar as posições e programas políticos, saber deliberar e discutir, saber aceitar e tolerar as diferenças políticas, sociais e culturais, participar dos processos decisórios, principalmente do voto de escolha eleitoral de representantes políticos, e compreender a relação entre descontentamento e reclamação, entre muitas outras.

Para Cosson (2010, p.16) o Letramento Político significa compreender e participar conscientemente da vida política. Isso inclui a aquisição, a aprendizagem, o conhecimento e a experiência, visto que a democracia se vive individual e coletivamente na comunidade. Em resumo, tal letramento é como qualquer processo educativo que começa “na família, passa pela escola e se espalha pela sociedade em diversas instituições” (COSSON, 2010, p.17).

Freire (1997) pretende que o aluno alfabetizado politicamente conheça sua realidade de maneira crítica, num processo dialógico. Por outro lado, a educação domesticadora quer apenas adaptar o indivíduo ao meio, num processo descritivo. Para este autor, o analfabeto político enxerga a realidade como “um fato dado de uma vez por todas, qualquer coisa que é o que é, e que não se vai transformando” (FREIRE, 1997, p.24). A alfabetização política fomenta a consciência crítica e não a ingenuidade, porque concebe o processo educativo como um ato político. Para Freire “todo o educador, seja qual for o domínio da sua especialização, porá o acento e imporá aos seus estudantes seja uma consciência falsa, seja uma consciência crítica” (FREIRE, 1997, p.26). Que a política estará presente na escola e na sala de aula, já é um fato. Só restará decidir se libertará ou domesticará.

Resende (2010) convida a refletir sobre a complexidade das nossas sociedades e a emergência de uma aprendizagem sobre o respeito para com as diversidades, em virtude de um convívio sadio ao invés das violências, intolerâncias e preconceitos que assistimos onde não há tal aprendizagem. Aqui, a alfabetização política se expande para além das preocupações com o momento eleitoral, mas aborda também as relações socioculturais, a aceitação e o respeito pelas diferenças.

Na sala de aula, Paulo Freire dirá que não existe educador neutro e nem imparcialidade possível ao professor. Quem se diz “neutro”, na verdade fez sua escolha parcial, que nada mais é do que permitir que todo dominante permaneça dominando, que a realidade continue tal como está. Entretanto “uma educação que desmitifica a realidade faz

com que seja possível tanto ao mestre como ao aluno ultrapassar o analfabetismo político” (FREIRE, 1997, p.26). Quem se ilude pensando que se afastar da política é suficiente para isentá-lo de responsabilidade sobre os resultados políticos, é um analfabeto político. Qualquer indivíduo ou instituições que se abstém de política, do debate sobre políticas públicas ou políticas afirmativas, são os primeiros a necessitarem da alfabetização política.

No âmbito familiar, diferenciando os espaços público e privado, é comum que os pais ensinem aos filhos seus próprios conceitos morais (muitas vezes, infelizmente, perpetuando preconceitos e intolerâncias). Mas no espaço da escola, principalmente da escola pública, os conceitos morais concebidos pela humanidade desde os primórdios até os mais atuais, são um conhecimento que os alunos devem ter o direito de acessar em iguais porções, para que sua escolha livre entre eles seja garantida e respeitada. A isenção do debate sobre qualquer conceito étnico, religioso, político ou de gênero permite que as culturas dominantes se perpetuem, portanto, retirar os assuntos políticos e culturais do debate no espaço público da escola é automaticamente se posicionar a favor da ideologia dominante.

Resende (2010) defende uma alfabetização política que ultrapassa o saber sobre funcionamento das instituições políticas, entretanto, reconhece essa aprendizagem como um pré-requisito para as habilidades que o alfabetizado politicamente precisa construir. Se todo brasileiro será obrigado a votar e escolher representantes políticos aos 18 anos de idade, alguma esfera da vida precisa alfabetizá-lo politicamente antes disso, principalmente a educação básica que se propõe educar para a cidadania.

É ingênua e inconsistente a escolha de qualquer candidato para ocupar um cargo político, quando o eleitor sequer sabe qual a função inerente ao cargo. Um eleitor assemelha-se ao funcionário do cargo de recursos humanos numa empresa qualquer: seleciona os candidatos mais habilitados para cumprir determinadas funções. Entretanto, nesta comparação, o único que está apto a fazer tal escolha é o funcionário de recursos humanos, que foi munido com os conteúdos necessários antes de fazer tais escolhas, enquanto o eleitor pode fazê-las mesmo que seja analfabeto politicamente.

A conscientização é para Paulo Freire o conceito central da alfabetização política e significa o “processo pelo qual os homens se preparam eles próprios para inserir-se de modo crítico numa ação de transformação” (FREIRE, 1997, p.28). Trata-se de perceber as dinâmicas que constituem o mundo e decidir consciente e criticamente o que necessita ser mudado. Trata-se também de desnaturalizar as opressões, dominações e injustiças, portanto, não é um assunto de interesse aos que estão no poder e pretendem permanecer nele.

Cosson (2010, p.16) explica detalhadamente o que considera que deve ser ensinado no letramento político, por meio de conhecimentos, práticas e valores. Em resumo, os conhecimentos são: o funcionamento e organização das instituições políticas, a democracia enquanto filosofia e também como regime político, a Constituição, os nossos direitos e deveres, como mudou a organização política do país ao longo da história, os direitos humanos, a diversidade cultural, a preservação do meio ambiente, entre outros. As práticas são: reconhecer o outro como um igual, desenvolver uma cultura de diálogo na resolução de conflitos, participar em processos decisórios, atuar coletivamente em deliberação colaborativa, combater o racismo, a xenofobia e qualquer outra forma de segregação social, fortalecer a responsabilidade social e moral. Em suma, trata-se de uma participação ativa e responsável que busca o bem comum para a sociedade. Os valores são princípios éticos da igualdade, da solidariedade, da tolerância, da liberdade, da dignidade, do respeito e da equidade, eles sustentam as práticas e compõe os conhecimentos. Todas essas aprendizagens juntas irão garantir a manutenção e o aperfeiçoamento da democracia.

Cosson aborda o letramento político num sentido amplo, para além das políticas institucionalizadas, englobando “tanto das relações de poder institucionalizadas pelo Estado, quanto do nosso cotidiano que envolve as relações de convivência em casa, no trabalho, no círculo de amigos e daí por diante” (COSSON, 2010, p.16). Resende também detalha as aprendizagens propostas pela sua educação política, que inclui o senso de justiça, tolerância, solidariedade, respeito mútuo, reciprocidade e confiança, a ideia de pertencimento numa comunidade plural, reconhecer o outro como igual apesar de qualquer diferença. Construindo tais conhecimentos, construiremos “uma sociedade justa, bem ordenada, capaz de equilibrar demandas por liberdade e igualdade e promover o conforto, a segurança, a tranquilidade e o bem-estar de seus cidadãos” (RESENDE, 2010, p.27).

Resende também amplia os horizontes de sua educação política para várias esferas da vida (a família, a religião, o trabalho, o partido político, o sindicato, o Legislativo, etc.) em teorias e práticas. Mas reconhece a escola como a esfera principal, por sua criação histórica compreender “a formação moral e intelectual, incluindo valores, conhecimentos e habilidades necessários para ação política” (RESENDE, 2010, p.27). Cosson afirma essa ampliação no letramento político para além de ambientes institucionalizados, alcançando ambientes formais e não-formais, pois só o compromisso de todos nós com nosso próprio letramento político “garantirá a construção permanente de uma sociedade democrática, uma

sociedade em que sejamos livres, iguais, participativos, responsáveis e solidários” (COSSON, 2010, p.17).

Em todos os diferentes nomes e formas, a alfabetização política, a educação política ou letramento político aqui abordados, e as muitas versões de outros autores que aqui não foram citados, fortalecem a necessidade de sua aplicação de fato, visto que a percepção sobre a sua importância é inquestionavelmente vista na diversidade de teorias construídas a seu respeito. Como conteúdo base de todas essas teorias, encontram-se as teorias de justiça distributiva e de justiça cultural, as quais são abordadas brevemente na revisão bibliográfica do tópico a seguir.

Justiça Distributiva e Justiça Cultural

Os conceitos de justiça norteiam a elaboração dos princípios sob os quais se estabelece um contrato social entre os membros de uma comunidade moral. É sob tais princípios que se baseiam as nossas interações sociais desde o nascimento, pois a nossa leitura do mundo é guiada pela herança cultural recebida de nossos pais, até que sejamos politicamente alfabetizados e possamos rever criticamente nossas tradições e as demais opções de vida no mundo, podendo escolher conscientemente entre elas. Aqui cabe traçar uma breve revisão sobre alguns dos principais conceitos de justiça distributiva e cultural que todo ser humano deveria conhecer enquanto cidadão, porque somente munido de tal conhecimento ele poderá explicar com clareza o que a cidadania significa para ele, e definir os princípios que nortearão a escolha de seus representantes políticos.

O Utilitarismo de Jeremy Bentham (2005) e John Stuart Mill (2005) defendia a felicidade maior para o maior número de pessoas numa perspectiva consequencialista, porque nossas ações serão consideradas justas dependendo dos resultados das mesmas, não do que elas significam em si, ou seja, uma visão teleológica e hedonista, porque só existem dois senhores: a dor e o prazer, então promover a felicidade e o bem-estar humano coletivo significa minimizar o sofrimento e maximizar o prazer.

O Liberalismo de Rawls (2000, 2002 e 2003) conceitua uma justiça mais distributiva: passando pela posição original, atrás do véu da ignorância, onde os atores sociais geralmente optam por um contrato social largamente igualitário por não saber em que situação estariam na realidade. Seu princípio da diferença dizia que os membros individuais podem buscar

seus interesses, desde que essas ações também beneficiem os menos favorecidos e o contrato social justo seria aquele em que os benefícios do progresso material fossem espalhados pela sociedade sem excluir os indivíduos das camadas mais baixas da sociedade.

Este conceito tolera as desigualdades afirmando que em outras situações demasiadamente igualitárias a pobreza é um problema muito mais grave do que num sistema liberal. As desigualdades socioeconômicas são aceitáveis desde que haja igualdade de oportunidades, maximizando a liberdade ao máximo, em outras palavras, no pensamento liberal, o individualismo é a tolerância pelos pontos de vista e interesses dos outros indivíduos, e o universalismo diz que o sistema de regras deve aplicar-se igualmente aos membros da comunidade moral.

O Libertarismo de Robert Nozick (2011) vai além do liberalismo de Rawls, porque criticando este último, ele defendendo que um resultado é justo quando segue uma série de acordos individuais voluntários, mesmo que o resultado não seja largamente igual. Para Nozick as regalias usufruídas pelos indivíduos são invioláveis, reina um capitalismo selvagem com um Estado mínimo que proteja os direitos naturais da força, do roubo e da fraude, garantindo o cumprimento dos contratos.

Todos têm direito a vida, a propriedade e a livre expressão, porque nossos direitos naturais são dados por Deus (uma abordagem deontológica), ou seja, só o capitalismo é um sistema econômico moral porque baseia-se em trocas voluntárias e não em coerção, como nos outros sistemas distributivos. Aqui o Estado é limitado, mas é protetor, e há uma regulamentação do sistema de mercado baseado na propriedade privada, com máxima oportunidade de competição entre os indivíduos.

Mark Smith (1998) afirma que a forma predominante do pensamento socialista é a democracia social, que por sua vez, preocupa-se com o desenvolvimento do progresso humano material (assegurado pela manutenção do crescimento econômico) e moral (encorajando deveres e obrigações dentro da ordem social), porque a promoção do crescimento é o que aumenta as receitas do Estado, e este último redistribui aos menos favorecidos para tornar a sociedade mais igual.

Neste mesmo sentido, o método materialista de Karl Marx (2005) concebe poder do trabalho como uma produção de valor, e a organização do trabalho como processo de transformação (transformando a natureza em função das necessidades do homem) é o que difere cada modo de produção. Smith também cita Christopher D. Stone, que defende a

possibilidade de utilizar um sistema moral apropriado para cada situação, para cada esfera da existência, e não ficar tentando escolher uma moralidade aplicável a todas as esferas.

Os quadros de sistemas morais disponíveis servirão de orientação para determinados problemas, e não como soluções absolutas. Você pode resolver questões morais dos seres humanos com a deontologia kantiana, e aplicar o utilitarismo ao tratamento dos animais. O pluralismo moral tem essa sucessão de quadros morais que envolvem uma reivindicação de aplicação universal.

Em resumo, além dos aqui citados: utilitarismo, liberalismo, libertarismo e comunismo, poderíamos conhecer também as críticas comunitarista, feminista, multiculturalista, pós-colonial e ecologista, porque tais teorias dão subsídios às nossas escolhas, nelas se baseiam toda a nossa existência, o nosso convívio com o outro e com a natureza, a nossa relação com o trabalho, e etc.

Tomar partido de uma dessas teorias é um pré-requisito antes de completar dezoito anos e ser obrigado a fazer uma escolha eleitoral, visto que, não basta conhecer e concordar com as propostas apresentadas pelo candidato, mas é preciso compreender os princípios de justiça distributiva e justiça cultural em que se baseiam o partido político em que o referido candidato está filiado, pois serão os princípios que nortearão todas as suas decisões durante o mandato, e moldarão a sociedade conforme o que o indivíduo considera mais justo.

Um indivíduo que não possui tais conhecimentos é um analfabeto político, pois escolhe o futuro do seu país sem ter a menor noção do que significa o ato do seu voto, de quais são as funções inerentes ao cargo político para o qual ele está escolhendo alguém para representa-lo, ou sequer sabe que características deveria ter esse candidato para cumprir com uma representação eficiente. A alfabetização política para além deste sentido institucional, não pode ocorrer apenas em âmbitos privados, por exemplo, apenas na família ou na igreja, onde os princípios são particulares e não contemplam os acordos morais do ambiente público. Em outras palavras, homofobia, racismo e intolerância religiosa são condenados e desestimulados na esfera pública, mas infelizmente, são preconceitos propagados na esfera particular.

Este é mais um motivo para votar conscientemente, visto que se formam bancadas temáticas entre os representantes eleitos: os evangélicos, os LGBT's, os ambientalistas, os ruralistas, uns militando contra os outros, e o grupo de maior força impõe seus princípios morais particulares para o resto da nação, como o padrão de família, que não contempla a realidade da sociedade brasileira para além dos princípios tradicionais cristãos.

Se a escola, como espaço público de maior possibilidade educativa, com maiores oportunidades de alfabetização política em ensinamentos teóricos e participações democráticas, for submetida a censura de não poder abordar assuntos políticos e morais, logo, o espaço privado sobressai o espaço público, e os primeiros a sofrer as consequências serão as minorias, que perderão espaço onde antes era ensinado o respeito pela diversidade. Como educar buscando uma conscientização crítica, uma alfabetização política sob censura de projetos de Lei como o “Escola Sem Partido”?

O destino da educação emancipadora em tempos de “Escola Sem Partido”

Como vimos anteriormente, para Paulo Freire não há educação “neutra”, porque a “a educação não pode senão aspirar ou à domesticação, ou à libertação. Não há terceiro caminho” (FREIRE, 1997, p.23). Mas é importante ressaltar para os que defendem uma posição de neutralidade por parte dos professores em sala de aula que ela não será alcançada na tentativa de “abolir a política” do fazer educativo, porque tal abstenção já se trata de uma escolha política com suas respectivas consequências.

Se por um lado a alfabetização política defende uma aprendizagem libertadora e emancipadora que apresenta os princípios de justiça distributiva em iguais porções e permite que escolham entre eles, ou até mais além, que formulem novos princípios que considerarem necessários, na contramão, aguarda aprovação no Congresso Nacional o projeto de lei nº867/2015 intitulado “Escola sem partido”, que já foi aprovado em alguns Estados brasileiros e agora quer expandir seus horizontes ao nível nacional. À nível estadual, o projeto de lei nº121/2016 intitulado “Escola Livre” foi apresentado e não conseguiu aprovação na Assembleia Legislativa do Espírito Santo, mas seus defensores pretendem insistir, e apesar do nome deste projeto ser diferente do nacional, os propósitos são igualmente catastróficos.

O “Escola sem partido” começou por iniciativa de alguns alunos e seus pais, que questionaram a “doutrinação política” feita por professores que defendiam seus respectivos partidos políticos em salas de aula. Oportunamente, alguns políticos uniram-se a causa, não por coincidência, políticos de oposição ao partido que supostamente era privilegiado, propondo a extinção de ideologias políticas da sala de aula.

Os adeptos de tais projeto alegam que a “visão crítica” da realidade (proposta aqui pela alfabetização política e defendida nas escolas por diversas teorias de políticas

educacionais) trata-se de uma visão partidária em que professores militantes doutrinam no ato de sua liberdade de ensino. Em sua página na internet (www.escolasempartido.org), eles expõem suas pretensões: pela descontaminação e desmonopolização política e ideológica das escolas, pelo respeito à integridade intelectual e moral dos estudantes, pelo respeito ao direito dos pais de dar aos seus filhos a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções. Em resumo, são contra a doutrinação ideológica, e são contra a abordagem de conteúdos morais na escola.

É compreensível que os dominantes tenham a doutrinação político-ideológica na escola, afinal, provavelmente pretendem continuar dominando, mas se o dominado descobrir seu estado de dominação, possivelmente, pode ser que ele não queira permanecer assim. Nos resta perguntar como conseguiremos retirar os assuntos políticos da escola: vamos analisar um por um dos conteúdos curriculares separando-os em duas categorias (político e não-político)? Se isso fosse possível, ainda assim, estaríamos fazendo uma escolha política: a permanência da ideologia dominante. Sobre não abordar conteúdos morais, o professor Fernando Pena da UFF – Universidade Federal Fluminense opina numa reportagem de Leandro Resende em 06/09/2015 publicada no site IG.

O impacto imediato de um projeto como esse é a desconstrução das bases da educação escolar. Este projeto de lei fala em pluralidade de ideias, mas determina a proibição de ‘atividades que possam estar em conflito com as convicções religiosas e morais dos pais’. Como o professor pode evitar discutir todos os assuntos que possam estar em conflito com a diversidade de crenças dentro de uma sala de aula? Seria o fim de qualquer diálogo na escola. A organização ‘Escola Sem Partido’ defende que o ‘professor não é educador’. É falácia que haja doutrinação de esquerda, pois as escolas são plurais como a sociedade. Ao discutir este projeto em escolas, já conversei com professores que adotavam diferentes posicionamentos políticos. É no diálogo entre professores e alunos em sala de aula que o conhecimento escolar é construído. Qualquer ameaça a essa pluralidade e à possibilidade de uma argumentação aberta e franca é um ataque à educação como um todo. Nesse sentido, a moral dos pais deve ser respeitada sempre que ela não entre em choque com os valores característicos da vida em regime democrático. A pluralidade é a base do processo educativo. (Fernando Pena para Leandro Resende em “Escola Sem Partido quer fim da ‘doutrinação de esquerda’”, IG, 06/09/2015)

O trecho acima pertence a reportagem intitulada: “‘Escola sem partido’ quer fim da ‘doutrinação de esquerda’”. Será que só a esquerda incomoda? A doutrinação de direita está permitida ou será igualmente censurada? O deputado Izalci Lucas (PSDB/DF) contribui para essa mesma reportagem afirmando que o governo tem atuado para promover a imagem do ex-presidente Lula e da presidenta Dilma Rousseff nos livros didáticos. Nesses livros,

também está acontecendo o que o deputado chama de “exaltação ao comportamento homossexual”, em suas palavras: “Não pode discriminar, mas não pode exaltar”.

Na mesma reportagem, a deputada Maria do Rosário (PT-RS) afirma que o professor não deve fazer campanha em sala de aula, mas pode “ter sua opinião, assim como o aluno. A escola deve debater política, estimular a convivência dos diferentes”. No Rio de Janeiro, o defensor deste projeto é Carlos Bolsonaro (PP), afirma nesta reportagem que “Se o menino é filho de religiosos, vai crescer pensando na história de Adão e Eva para falar sobre o começo da humanidade. Deve-se respeitar isso”.

A Associação Brasileira do Ensino de História (Abeh) e a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) e muitas outras associações de pesquisadores divulgaram notas contestando o projeto. Inclusive, Carina Martins, historiadora da UERJ, afirma que este tipo de projeto contraria o que está na Constituição e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que dizem que o professor precisa preparar para cidadania, para vida profissional, ou seja, estamos voltando a um debate do começo do século XX, colocando os valores da família sobre o conhecimento científico, na opinião da professora.

Inclusive, Carina participou da equipe do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), do MEC, e garante que estão controlando a doutrinação nos livros didáticos e vetando os que não obedecem aos critérios, porque a história não pode ter apenas uma versão. Para a professora, não devemos ter uma escola com partido: mas a escola deve estimular o aluno a tomar partido. Por outro lado, o fundador da organização “Escola Sem Partido”, Miguel Nagib, afirma na mesma reportagem que:

O movimento surgiu em 2004, quando a gente se deu conta de que as escolas estavam sendo usadas para doutrinação. Criou-se uma mentalidade progressista, favorável ao PT, que auxiliou a manutenção deles no poder. Um dos pontos é que em sala de aula, o professor não pode ter liberdade de expressão. Ali, ele é obrigado a transmitir o conteúdo, só. Ao tratar da evolução, por exemplo, ele não pode desqualificar a religião. Não se pode obrigar os filhos a aprenderem o que os pais não querem. O governo vem tentando naturalizar o comportamento homossexual, e isso pode atingir o que um pai ensina ao seu filho. Promover os próprios valores morais é violar os direitos dos pais, e isso é ilegal. O pai pode processar o professor por abuso de autoridade de ensinar, e dizer que isso é preconceito é autoritário. Não é prudente que se debatam assuntos que estão no noticiário dentro de sala de aula, por exemplo. O debate pode trazer problemas para a escola. O que nós queremos são cartazes em sala de aula lembrando os deveres dos professores, mas não queremos ideologia de direita, e sim que o aluno não seja intimidado e nem tenha medo de discordar. (Miguel Nagib para Leandro Resende em “Escola Sem Partido quer fim da ‘doutrinação de esquerda’”, IG, 06/09/2015)

Outra reportagem de 02 de Junho de 2016, escrita pelo professor de história da UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Fernando Nicolazzi, publicada no site Sul21, apresenta um título inquietante: “Qual o partido da Escola Sem Partido?”. No subtítulo da matéria segue também uma pergunta pertinente: “Como seria possível definir o projeto educacional do país a partir da noção vaga e enganosa de “neutralidade”?”

As críticas ao projeto se espalham em número incontável de outras reportagens e notas de repúdio de instituições e pesquisadores, mas ainda não superaram a força do governo em exercício, que pretende continuar em exercício e tem grande interesse na aprovação desse tipo de projetos de lei. Para Nicolazzi, a maior controvérsia deste projeto é a ideia de que os professores não podem discutir no espaço escolar os temas que contradizem as convicções morais dos pais dos estudantes.

Por exemplo, não ensinar sobre evolucionismo se o seu aluno vem de uma família cristã. De igual modo, uma aula de história sobre classes sociais não poderia ser questionada por um do liberalismo? E uma aula de ideologia liberal e livre mercado não poderia ser questionada por uma família socialista? Isso já é complexo no âmbito político e econômico, mas piora em relação às questões culturais, como educação sexual e relações de gênero. Para Nicolazzi o espaço público deve ser respeitado como condição fundamental para os debates sobre o bem comum e sobre a justiça social, porque despolitizar a prática educacional não é uma opção possível.

O professor pode e deve ser partidário no ensino, estabelecendo um relacionamento horizontal e incentivando que os alunos também se posicionem, mas o professor jamais será neutro. Nicolazzi lembra do contexto brasileiro atual, em que alguns parlamentares atuam orgulhosos em nome de um modelo restritivo e excludente de família. A escola tem o papel fundamental de mediar o relacionamento do indivíduo com o mundo para além da mediação da família, porque é o lugar privilegiado da educação pública, onde são garantidas as liberdades de ensino, aprendizagem, pesquisa e divulgação do pensamento, definidas pela constituição.

Recentemente, o ator Alexandre Frota e alguns representantes do grupo Revoltados Online apresentaram o movimento “Escola sem partido” para o Ministro da Educação em exercício, Mendonça Filho. Sobre este fato, nos resta refletir o que está acontecendo quando a opinião destes anteriormente referidos ator e grupo supera o posicionamento de renomados educadores e instituições de pesquisa. Há, no mínimo, alguma incoerência quando não se observa o embasamento teórico mais profundamente fundamentado.

Conclusão

A “escola sem partido”, na verdade, possui um partido, um modelo padrão de família, uma orientação sexual única e uma só religião. Neste contexto, qual será o futuro da alfabetização política? Como escolheremos uma concepção de justiça se não pudermos conhecer todas as opções existentes, mas apenas as dominantes? Ainda não temos as respostas, e ainda aguardamos as decisões finais sobre os projetos de Lei aqui abordados, mas algumas afirmações já podemos pontuar: a alfabetização política que propicia o conhecimento sobre os princípios de justiça distributiva e justiça cultural é uma necessidade urgente. O analfabetismo político gera eleitores inconscientes, muitas vezes, vendendo seu voto, ou votando sem ter a menor noção do que o seu voto significa, do que o seu candidato e respectivo partidos defendem. Os professores podem e devem se posicionar politicamente em sala de aula tanto quanto devem incentivar que seus alunos conheçam em iguais porções todas as teorias disponíveis e se posicionam escolhendo entre elas, porque esse debate numa relação horizontalizada entre professor e aluno é enriquecedor e incentiva o engajamento político, mesmo que a posição assumida pelo aluno seja o partido de oposição ao do professor. Projetos de Lei como os aqui apresentados são a soma de uma educação deficiente, com professores cansados das péssimas condições de trabalho, com pais amedrontados pelo complexidade do mundo que chega à escola e que vai de encontro aos seus princípios morais, com políticos oportunos que unem-se à esses pais para fortalecer as ideologias de seu partido, e outros intolerantes e preconceituosos que defendem algum tipo de padronização de família, de sexualidade, de religião e de posicionamento político que, iludidos e incoerentes, consideram ser possível de se efetivar pela imposição da lei.

Referências Bibliográficas

- BENTHAM, Jeremy. *O princípio de utilidade*. In: MAFFETTONE, Sebastiano; VECA, Salvatore (orgs.). *A ideia de justiça de Platão a Rawls*. (2005). São Paulo: Martins Fontes. P. 231-238.
- BOCHEL, Hugh. *Political literacy*. In: **Active learning and active citizenship**: theoretical contexts. C-SAP The Higher Education Academy Network, 2009, p. 150-168.
- BRASIL. Congresso Nacional. Projeto de Lei 867/2015. Escola Sem Partido. Disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668>>.
Acesso em: 09/07/2015.

COSSON, Rildo. Letramento político: por uma pedagogia da democracia. In: Educação Política: reflexões e práticas democráticas. **Cadernos Adenauer XI**, nº3, 2010, p.13-18.

ESCOLA SEM PARTIDO. Disponível em: <www.escolasempartido.org>. Acesso em 04/06/16.

ESPÍRITO SANTO. Assembleia Legislativa. Projeto de Lei 121/2016. Escola Livre. Disponível em: <http://www.al.es.gov.br/novo_portal/>. Acesso em: 09/07/2015.

FREIRE, Paulo. O processo de Alfabetização Política. Publicado in: FREIRE, Paulo. *Uma educação para a liberdade*. 4ª ed. Textos Marginais 8, Porto: Dinalivro, 1974, p.41-59. Reproduzido in: **Revista da FAEBA**. Salvador, nº7, jan./junho, 1997.

IG. Escola Sem Partido quer fim da doutrinação de esquerda. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/noticia/brasil/2015-09-06/escola-sem-partido-quer-fim-da-doutrinacao-de-esquerda.html>>. Acesso em 04/06/16.

MARX, Karl. *Além da justiça*. In: MAFFETTONE, Sebastiano; VECA, Salvatore (orgs.). *A ideia de justiça de Platão a Rawls*. (2005). São Paulo: Martins Fontes. P. 267-289.

MILL, John Stuart. *Utilidade e justiça*. In: MAFFETTONE, Sebastiano; VECA, Salvatore (orgs.). *A ideia de justiça de Platão a Rawls*. (2005). São Paulo: Martins Fontes. P. 239-266.

NOZICK, Robert. *Anarquia, Estado e Utopia*. (2011) São Paulo: Martins Fontes. Pág. IX-XV; 32-53; 191-211; 235-254.

RAWLS, John. *Uma teoria da Justiça*. 2ª ed. (2002). São Paulo: Martins Fontes.

_____. *Justiça como equidade: uma reformulação*. (2003). São Paulo: Martins Fontes.

_____. *Liberalismo político*. (2000). São Paulo: Ática.

RESENDE, João Francisco. Educação escolar, hábitos e atitudes políticas: considerações sobre a experiência brasileira. In: Educação Política: reflexões e práticas democráticas. **Cadernos Adenauer XI**, nº3, 2010, p.20-28.

SMITH, Mark J. *Manual de ecologismo: rumo à cidadania ecológica*. (1998) Lisboa: Instituto Piaget.

SUL 21. Qual o partido da Escola Sem Partido. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/qual-o-partido-da-escola-sem-partido-por-fernando-nicolazzi/>>. Acesso 04/06/16.